

II Jornadas de Timor da UP

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

General Ramalho Eanes
ex-Presidente da República, Conselheiro de Estado

Não me foi possível participar nestas Jornadas, como desejava. Mas não quis deixar de estar presente, pelo menos hoje, fundamentalmente, para:

1. Reiterar o meu interesse e a minha preocupação relativamente a Timor.
2. Homenagear a U.P. pela sua dedicação à causa política e moral, que Timor constitui, manifestada pelo patrocínio destas Jornadas.
3. Agradecer ao Professor Barbedo de Magalhães o seu empenho na questão nacional que Timor constitui, e na eficiência e resultados conseguidos.

A questão de Timor continua a ser um problema político e de consciência para o Estado e Nação Portuguesa.

Continua a ser, também, inquestionavelmente, um problema da comunidade internacional, representada naturalmente, pela ONU.

Timor tem sido ainda um pequeno peão no complexo xadrez geopolítico, jogado entre a potência continental (a URSS) e a potência marítima (EUA).

1 - Timor como problema de consciência para a nação portuguesa

Sobre este aspecto - magno, em minha opinião - tudo foi dito já.

Limitar-me-ia, contudo, a sublinhá-lo reproduzindo poesia recentemente publicada, de João Sant'iago:

"Abandonados lá no fim do mundo,
Na terra que foi nossa e já não é...
Agora escravos, por nossa culpa e risco
(...)
Aos poucos vão morrendo os que ficaram,
- Em cada homem existe uma verdade -
Também se morre um pouco em cada dia,
Quando se perde a força, a liberdade!"

2 - Timor, perante a comunidade internacional representada pela ONU

Timor é, inquestionável e privilegiadamente, um problema da comunidade internacional. Não é, nunca foi, como por vezes se tem pretendido, um mero contencioso entre a invasora Indonésia e Portugal.

O nosso país é apenas potência administrante, e mesmo nesta qualidade, representa e actua em nome da comunidade internacional, que as Nações Unidas representam. A responsabilidade maior, não alienável, é a das Nações Unidas.

A situação criada em Timor com a invasão, com o genocídio perpetrado pelo ocupante Javanês, com as violações sistemáticas dos direitos humanos, tornou cada vez mais internacional o problema de Timor, é cada vez maior a responsabilidade das Nações Unidas.

Timor representa hoje, mais do que em qualquer outra altura, uma obrigação política inalienável das Nações Unidas.

3 - Timor no Contexto Geopolítico Mundial

Como é sabido, da II Guerra Mundial sai um mundo bipolarizado, com uma correlação de forças extremamente favorável à potência marítima - os EUA.

Sabido é, também, que pouco tempo depois, a potência continental, a URSS, procura modificar essa correlação de forças. Na verdade o expansionismo soviético-comunista mostra a sua determinação ao questionar, "no próprio terreno", a posição dos EUA. E o tempo da discussão directa e indirecta (conflitos clássicos, crises, guerrilhas) e da guerra fria.

Lembra-se, apropósito, e quanto ao Pacífico, que:

- A URSS apoia e estimula a guerra na Indochina (logo em 46) e que, após a saída dos EUA, em 54, ocupa a base de Cam-Ran e passa a usufruir de facilidades navais e aéreas em Da-Nang.
- De 48 a 57, a guerrilha comunista dilacera a Malásia.
- De 49 a 53 a guerrilha perturba as Filipinas.
- De 50 a 53 a guerra da Coreia ameaça directamente o "controlo do anel marítimo" dos EUA.
- A URSS se transforma numa surpreendente potência naval.

Na multifacetada resposta, à ofensiva estratégica soviética, no Pacífico, os EUA actualizam e reforçam, também, a sua tradicional política de expansão através dos Arquipélagos (política que já no século XIX os levava até às Filipinas).

- É consabido, também, que a ancestral inimizade sino-russa, não debelada pela ideologia comunista, modificou a posição estratégica da União Soviética no Pacífico. Assim, a partir de determinada altura, a URSS:
 1. Deixou de questionar o domínio estratégico dos EUA na área.
 2. Elegeu, como objectivo principal, a fragilização do Império Chinês, criando obstáculos à sua expansão para o sul (guerra Sino-Vietnamita, invasão

Cambojana, venda de armas à Indonésia) e obrigando-o a fixar meios militares consideráveis na sua fronteira S.E.

É neste contexto geopolítico que deve ser equacionada a problemática actual de Timor (é consabido que, infelizmente, os grandes poderes - e não só eles - obedecem a lógicas geopolíticas onde não cabem questões morais). Foi, aliás, essa lógica geopolítica que levou os EUA a "estimularem", (no mínimo), os já designados "Estados de Segurança Nacional" (de Marcos nas Filipinas, de Lon Nol no Camboja, de Suharto na Indonésia). Estados que, segundo A. Moreira, têm "o exercito no poder, o inimigo identificado no comunismo (...) necessidade assumida de segurança contra a agressão que poderá vir de santuários externos".

E foi ainda essa lógica que levou os EUA a "autorizar", objectivamente, a invasão de Timor e a reconhecer, objectivamente também, a validade da sua "integração" no Império Javanês.

Lógica da mesma natureza leva a URSS a considerar a invasão de Timor um "acto menor". Assumiu-o como um revés indirecto para a sua inimiga tradicional, a China. E aproveitou-o, obviamente, como motivo de ataque aos EUA, na cenografia da guerra fria de então.

A própria China, dadas a sua aliança tácita com os EUA e as suas inúmeras vulnerabilidades (internas e externas), reagiu com cautela, limitando-se praticamente, a apoiar, sem grande empenhamento, a posição portuguesa.

Os diferentes poderes regionais, não tinham interesse económico em hostilizar a Indonésia e razão político-estratégica para contrariar a política dos EUA na área.

Timor não podia, pois, por este conjunto de razões, (que aliás foram defendidas politicamente em Portugal, em determinada altura, por elementos altamente colocados) ter tido diferente resposta internacional em tempo de guerra fria.

A situação internacional é hoje bem diferente, assim:

1. Os EUA deixaram cair Marcos, nas filipinas.
2. A guerra fria chegou ao fim, o que mais vulnerabilizou a China, já fortemente fragilizada, a China não é mais uma ameaça na área.
3. a posição dos EUA e seus aliados reforçou-se significativamente no Pacífico.
4. A situação internacional faz com que o poder americano tenha cada vez mais dificuldade em "apoiar" os "Estados de Segurança Nacional", a Indonésia portanto, quer perante a sua opinião pública, quer internacionalmente.

4 - A questão de Timor como problema político do Estado Português

Também sobre este aspecto tudo já foi dito. continua a ser obrigação política irrecusável do Estado Português:

1. Tudo fazer no sentido de pôr termo ao genocídio, também cultural, a que a Indonésia continua a sujeitar o povo Maubere.
2. Assumir inteiramente o papel de potência administrante levando-o ao limite da

sua capacidade.

3. Obrigar a comunidade internacional, em especial através das Nações Unidas, a assumir a principal responsabilidade em relação a Timor, que é simultaneamente um caso de descolonização, de agressão exterior, de genocídio, e de crimes contra a humanidade.

4. Não recusar, com coerência, nenhuma acção que admissivelmente, possa levar à autodeterminação real, aceite por todo o povo Maubere.

5. Aproveitar a presente situação internacional e a vulnerabilização consequente da Indonésia para uma nova ofensiva junto da opinião pública internacional e governos amigos (EUA e da CEE em especial).

5 - Soluções

A situação internacional presente e as oportunidades novas que abre, para a resolução do problema de Timor, aconselham a um estudo cuidadoso e urgente da situação e possibilidades de acção.

Por isso mesmo, terminava, sugerindo que se constituísse um grupo de definição de uma estratégia, complementar à do governo, a adoptar para o caso de Timor. Do grupo de estudo fariam parte, obrigatoriamente, representantes suficientes do povo de Timor e da Igreja Católica.

Aproveitando os resultados desta conferência, o estudo consideraria nomeadamente:

1. Situação actual de Timor (no quadro interno e externo presente).
2. Vulnerabilidades da Indonésia (internas e externas).
3. Modalidades de acção, não governamentais, aconselháveis.
4. Eventual criação de órgãos e mobilização de meios necessários à operacionalização da estratégia adoptada.

O grupo funcionaria independentemente do governo português, para evitar que acções suas, ou medidas que viesse a propor, pudessem ser aproveitadas contra a imagem e acção, externas, do estado português.

No horizonte político do povo maubere brilha, justamente, nova e justificada esperança de liberdade. Liberdade que ele bem merece por um conjunto de indiscutíveis razões políticas e morais, e, também, pela impressionante coragem que o levou a resistir a todas as pressões para se dissolver no Império Javanês, conduzindo uma admirável guerra de guerrilha, num pequeno espaço insular, sem santuários de recuperação.

A Xanana Gusmão, símbolo da determinação e luta do povo de Timor é devida homenagem, que eu, aqui, lhe presto.